



**POSSIBILIDADES DE DEBATES SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS  
RELACIONADAS ÀS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM UM  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM FÍSICA**

**POSIBILIDADES DE DEBATES SOBRE POLÍTICAS EDUCATIVAS  
RELACIONADAS CON TEMAS DE GÉNERO Y SEXUALIDAD EN UNA  
LICENCIATURA EN FÍSICA**

**POSSIBILITIES OF DEBATES ON EDUCATIONAL POLICIES RELATED  
TO GENDER AND SEXUALITY ISSUES IN AN UNDERGRADUATE PHYSICS  
COURSE**

*Ramon Santos Mariano<sup>1</sup>*

*Leandro Antônio de Andrade<sup>2</sup>*

*Meryene de Carvalho Teixeira<sup>3</sup>*

**RESUMO**

Educação é um direito garantido a todas/es/os, no entanto dados mostram que estudantes LGTBQTQIAPN+ estão evadindo das escolas por sofrem violências e assédios dentro das mesmas. Devido a estes dados e seus desdobramentos, surgiu a ideia de incluir debates sobre gênero e sexualidade nas disciplinas pedagógicas do curso de licenciatura em Física do IFMG campus Bambuí com o intuito de apresentar legislações que auxiliem a inserção, permanência e bem-estar de estudantes LGTBQTQIAPN+, bem como explicar maneiras de se trabalhar gênero e sexualidade no contexto escolar. Assim, elaborou-se um Plano de Aula com a metodologia júri simulado e temática “Debate sobre o uso de banheiro por pessoas transvestigêneres” sendo aplicado na disciplina Educação Inclusiva para a Diversidade. Obteve-se êxito na aplicação com participação ativa das/es/os discentes que

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura em Física. Instituto Federal de Minas Gerais *campus* Bambuí, Bambuí, Minas Gerais, Brasil.

<sup>2</sup> Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos/SP. Professor substituto no Instituto Federal de Minas Gerais *campus* Bambuí, Bambuí, Minas Gerais, Brasil.

<sup>3</sup> Doutorado em Ciências pela Universidade Federal de Lavras/MG. Professora no Instituto Federal de Minas Gerais *campus* Bambuí, Bambuí, Minas Gerais, Brasil.

consideraram positiva a maneira de dialogar sobre a temática, e pediram por mais espaços para o estudo sobre os direitos das pessoas LGBTTTQIAPN+.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão Escolar. Comunidade LGBTTTQIAPN+. Ementas Curriculares. Plano de Aula.

## RESUMEN

La educación es un derecho garantizado para todos, sin embargo, los datos muestran que los estudiantes LGBTTTQIAPN+ están abandonando las escuelas porque sufren violencia y acoso dentro de ellas. Debido a estos datos y sus desarrollos, surgió la idea de incluir debates sobre género y sexualidad en las materias pedagógicas de la carrera de Física del IFMG campus Bambuí con el objetivo de presentar una legislación que ayude a la inserción, permanencia y bienestar de las personas LGBTTTQIAPN+ estudiantes, así como explicar formas de trabajar el género y la sexualidad en el contexto escolar. Así, se elaboró un Plan de Lección con la metodología del jurado simulado y el tema “Debate sobre el uso de baños por parte de personas transgénero” siendo aplicado en la disciplina Educación Inclusiva para la Diversidad. La postulación fue exitosa con la participación activa de estudiantes que consideraron positiva la forma de hablar del tema, y pidieron más espacios para estudiar los derechos de las personas LGBTTTQIAPN+.

**PALABRAS-CLAVE:** Inclusión escolar. Comunidad LGBTTTQIAPN+. Programas curriculares. Plan de clase.

## ABSTRACT

Education is a right guaranteed to everyone, however data shows that LGBTTTQIAPN+ students are dropping out of schools because they suffer violence and harassment within them. Due to these data and their developments, the idea arose of including debates about gender and sexuality in the pedagogical subjects of the Physics degree course at the IFMG campus Bambuí with the aim of presenting legislation that helps the insertion, permanence and well-being of LGBTTTQIAPN+ students, as well as explaining ways to work with gender and sexuality in the school context. Thus, a Lesson Plan was prepared with the simulated jury methodology and the theme “Debate on the use of bathrooms by transgender people” being applied in the discipline Inclusive Education for Diversity. The application was successful with the active participation of students who considered the way of talking about the topic positive, and asked for more spaces to study the rights of LGBTTTQIAPN+ people.

**KEYWORDS:** School inclusion. LGBTTTQIAPN+ community. Curricular syllabi. Class plan.

\* \* \*

## Introdução

Pela Constituição Federal Brasileira de 1988, em seus artigos 205 e 206, a Educação é um direito garantido a todas/es/os. Mas quando faz-se um recorte educacional da comunidade Lésbica, Gay, Bissexual, Trans, Travesti, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-binária e outros (em acrônimo LGBTTTQIAPN+) observa-se barreiras atitudinais que limitam a permanência e aprendizado destes. Focando especialmente em pessoas transvestigêneres, estima-se que 70% não concluiu o ensino médio e que apenas

0,02% encontram-se no ensino superior (Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2020). Segundo o Dossiê: Registro Nacional de Assassinatos e Violações de Direitos Humanos das Pessoas Trans no Brasil, elaborado pela Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, houve 12.833 casos de violação dos direitos humanos das pessoas trans em 2023. Os principais: proibição do uso do banheiro, violência política de gênero, agressão física e psíquica, recusa do nome social, transfobia e bullying. O principal cenário da violação são as residências das vítimas (Nogueira; Araújo, 2024), mas a edição do dossiê do ano de 2023 elencou a escola como o segundo lugar mais agressivo, dentre os locais onde as violações ocorreram (Benevides, 2023).

Devido aos dados e seus desdobramentos no ambiente escolar, percebeu-se a necessidade de incluir debates sobre gênero e sexualidade no curso de licenciatura em Física do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) *campus* Bambuí. Para um melhor entendimento, os autores trabalham o conceito de gênero de Butler (2003) como estabelecido a partir de aspectos sociais que englobam a diferenciação social entre as pessoas, permitindo a construção e desconstrução. A definição de sexualidade abordada é obtida da Organização Mundial da Saúde (2001), consistindo de uma energia como motivação para encontrar amor, contato, ternura e intimidade; integrando no modo como sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo ser-se sexual.

O intuito da inclusão do debate no curso de Licenciatura em Física é apresentar as legislações que auxiliam a inserção, permanência e bem-estar de estudantes LGBTTQIAPN+ na instituição, bem como abordar maneiras de trabalhar gênero e sexualidade com futuros docentes.

### **A comunidade LGBTTQIAPN+ e o ambiente escolar**

Pessoas da comunidade LGBTTQIAPN+ sofrem violências verbal e física, situações de assédio moral e sexual nas escolas, problemas estes que contribuem com a evasão escolar. Vale a pena ressaltar a ausência de dados detalhados por parte do IBGE sobre violências, abusos e evasão escolar de pessoas LGBTTQIAPN+, uma vez que a política educacional utiliza indicadores universais, que não expressam dimensões específicas como gênero e orientação sexual. Assim os dados obtidos são das próprias associações voltadas para este nicho e que não estão atualizados, como a pesquisa feita pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, gays, Bissexuais e

Transexuais (ABGLT), em 2016, que apresenta que 73% dos estudantes que não se declaram heterossexuais já sofreram agressão verbal nas escolas, e um a cada quatro já sofreram agressão física (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais, 2016).

Trabalhos de Ilan Meyer (2003) e Ian Rivers (2011) destacam que agressões decorrem da falta de compreensão e aceitação das identidades de gênero e orientações sexuais diversas. A ausência de políticas inclusivas contribui para uma hostilidade que impede o desenvolvimento de estudantes LGBTTIAPN+, pois as/es/os que vivenciam a violência tem resultados insatisfatórios em relação à aprendizagem e abandonam a escola (Kamel; Pimenta, 2008).

Os espaços de combate à homotransfobia estão cada vez mais restritos. Em 2021 o Sistema Nacional de Avaliação Básica (SAEB), do Ministério da Educação, mostrou que, em 2011, 34,7% das escolas no país relataram ter ações voltadas para o combate ao machismo e a homofobia. Em 2017, essa porcentagem chegou a 43,7%. Em 2021, caiu para 25,5%, o que significa que três a cada quatro escolas no Brasil não têm ações voltadas para combater esse tipo de preconceito (Agência Brasil, 2024).

Toledo (2024) pesquisou sobre a presença reduzida de pessoas transgêneros na trajetória escolar. Os resultados apontaram que os/as estudantes transgêneros enfrentam uma batalha constante no ambiente escolar sobre o nome de registro ou nome social na lista de chamada. O uso insistente de pronomes ou nomes não condizentes com a identidade de gênero sendo fontes de constrangimento para esses/as estudantes. O uso dos banheiros representou um ponto crítico para muitos/as deles/as, com relatos de experiências negativas e sentimento de insegurança. Relatos destacaram a falta de diálogo aberto e a escassez de orientação sobre questões de identidade de gênero na escola. A maioria descreveu a ausência de discussões educativas e suporte oferecido pela instituição, embora tenha havido menções à tentativas de proteção por parte de alguns professores. Contudo, conclui o autor que, as ações da direção foram percebidas como insuficientes.

Para corpos transvestigêneros o espaço educacional esquece e invisibiliza a presença destes e perpetua a discriminação quanto à identidade de gênero, ao nome social e ao uso de espaços como o banheiro. As políticas educacionais devem respeitar a identidade de gênero para criar um ambiente digno e seguro a todos. Os espaços neutros e a desconstrução de normas binárias são essenciais para escolas inclusivas (Sousa, 2022).

A inserção das políticas para temas de gênero e sexualidade são respaldadas em documentos legais. O primeiro: a Constituição Federal de 1988 que estabelece, em seu artigo 3º, inciso IV, o compromisso com a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e outras discriminações (Brasil, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, reforça o compromisso com a igualdade prevendo a inclusão de temas relacionados a gênero no currículo, com respeito as diversidades (Brasil, 1996).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) instituídos pelo Ministério da Educação (MEC), aborda em seus temas a Orientação Sexual (Brasil, 1998):

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista (Brasil, 1998, p. 287).

Embora os PCN falem das temáticas sobre gênero e sexualidade, não são mais tomados como referência em nosso país sendo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nosso material norteador. Contudo, a própria BNCC propõe a formação de cidadãos críticos, éticos e cientes de suas responsabilidades sociais, o que inclui entendimento e respeito à diversidade de gênero (Brasil, 2015a).

Em 2015, tentou-se aprovar a Resolução nº 12 de janeiro de 2015 sobre, dentre outros, o uso de banheiros por pessoas transvestigêneres nas instituições de ensino, reconhecendo-se a necessidade de inclusão. O arquivamento da resolução ressalta os desafios para a garantia dos direitos das pessoas transvestigêneres nas escolas (BRASIL, 2015b). Movimentos das redes sociais, como Libera Meu Xixi, demonstram a importância de conscientizar a sociedade de políticas que assegurem a inclusão (Ferrari; Bezerra; Castro, 2021).

Em 2023 o Brasil avançou ao aprovar a Resolução do Conselho Nacional dos direitos LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+) nº 2, de 19 de setembro de 2023, que objetiva a criação de ambientes escolares inclusivos com espaços neutros e desconstrução de normas binárias. A resolução estabelece diretrizes para ações de sensibilização e formação continuada sobre diversidade sexual e de gênero (Brasil, 2023b).

Nesta mesma Resolução a situação do uso do banheiro por pessoas transvestigêneres nas instituições de ensino é citada como orientação na CNLGBTQIA+ 2023, artigo 5º “Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços

segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade e/ou expressão de gênero de cada estudante.” (Brasil, 2023b).

Em outubro de 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) (Brasil, 2023a) veio a público esclarecer que as Resoluções nº 1 e nº 2, aprovadas pelo CNLGBTQIA+ (2023), “são instrumentos que possuem caráter orientativo, de recomendações. Os referidos documentos não possuem força de lei, e vêm atualizar instrumentos que já existiam anteriormente.” (Resolução nº 11/2014 e nº 12/2015). Fica nítida a violação do direito do uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero.

Pela Resolução nº 12 de janeiro de 2015, que não está aprovada, a pessoa transexual, travesti e todas as outras que não tem sua identidade de gênero reconhecida socialmente não podem ser proibidas de usar o banheiro ao qual se identificam (Brasil, 2015b).

Diante as informações supra citadas que levam em consideração o ambiente institucional educacional, observa-se a necessidade de discutir gênero e sexualidade nas escolas. Porém, com um corpo docente diverso, é necessário a elaboração de ementas de disciplinas que incluam o estudo desta temática. As ementas proporcionam uma estrutura para o desenvolvimento de conteúdos, discussões e práticas pedagógicas. Elas criam espaços de discussão dos tópicos relacionados e oportunizam às/es/aos estudantes a partilha de suas experiências (Santos, 2022; Silva; Marani, 2022).

Uma breve busca em bases de dados revela que instituições de ensino já fazem essa abordagem em currículos, porém encontra-se mais facilmente relatos desta inserção em cursos das grandes áreas de Ciências Humanas e Ciências da Saúde (Santos, 2020; Santos, 2022; Silva; Marani, 2022). Os cursos da grande área de Ciências Exatas não são alvos incisivos de mudanças curriculares para inserção deste olhar crítico, acolhedor e menos discriminatório.

Especificamente, no curso de Licenciatura em Física no IFMG campus Bambuí a maioria dos estudantes se identificam como homens cisgênero. Assim, os debates se tornam mais necessários, pois dados mostram que homens cisgênero são os que mais promovem a violência aos direitos humanos da população LGBTTQIAPN+ (Nogueira; Araújo, 2024).

A inclusão das temáticas de gênero e sexualidade nas ementas de disciplinas ofertadas pelo núcleo de pedagogia do IFMG campus Bambuí (Currículo e Avaliação em Educação, Educação e Realidade Brasileira, Educação Inclusiva para a Diversidade, Políticas Educacionais, Fundamentos da Educação, Didática, Gestão Educacional) atende

a demandas sociais crescentes por uma educação mais inclusiva. Inserindo-as, é possível abordar as construções sociais de gênero, identidades, normas sociais, bem como estratégias pedagógicas inclusivas e respeitosas da diversidade.

Algumas referências, aqui compreendidas como materiais de apoio podem orientar docentes e discentes, tais como *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista*, de Louro (1997); *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, de Butler (2003), *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*, de Freire (1996); e *Relações de gênero e diversidade sexual na escola: a docência na minimização de preconceitos em tempos de “ideologia de gênero”*, de Silva, Neves e Mascarenhas (2019).

### **Desenvolvimento do Trabalho**

Inicialmente é de extrema importância que se descreva o ambiente em que este trabalho foi aplicado. O IFMG *campus* Bambuí é uma escola fazenda onde predominam cursos agrários. Além disso, está inserido em uma cidade onde o agronegócio é o carro chefe da economia local (IBGE Cidades, 2021). Neste contexto, sabendo a realidade da vivência dos autores, tomou-se cautela para inserir a temática gênero e sexualidade em sala de aula.

Assim, analisou-se, de maneira qualitativa pela leitura das ementas, as disciplinas obrigatórias do núcleo pedagógico da matriz curricular do curso de Licenciatura em Física do IFMG *campus* Bambuí seguindo o Projeto Pedagógico do curso. As disciplinas analisadas foram: Currículo e Avaliação em Educação, Educação e Realidade Brasileira, Educação Inclusiva para a Diversidade, Políticas Educacionais, Fundamentos da Educação, Didática, Gestão Educacional. O critério principal da análise foi encontrar disciplinas que o tema poderia ser abordado sem extraviar da ementa, uma vez que o mesmo deveria inserir-se com base nas legislações vigentes e ainda não o foi.

Após a escolha da disciplina Educação Inclusiva para a Diversidade pensou-se em uma temática que fosse um assunto atual, de impacto e correlacionada com a inclusão em ambiente escolar. Também pensou-se em um tema possível de se explanar em duas aulas (totalizando 100 minutos), tempo este referente a dois horários seguidos de aula para que a ação tivesse início, meio e fim em um mesmo dia. O tema eleito foi o uso de banheiro por pessoas transvestigêneres, por ser um tema de relevante discussão e que não há uma resolução aprovada que assegure este direito. A Resolução nº 12 de janeiro de 2015 que

aborda esta temática está arquivada e, no atual momento da escrita deste artigo, há um apelo nas redes sociais para retomar as discussões e seguir com a Resolução para a votação. Além disso, o uso do banheiro por pessoas transvestigêneres atravessa essa população sendo um dos obstáculos na permanência destas no ambiente institucional de ensino (BRASIL, 2015b; Toledo, 2024).

Seguiu-se para o desenvolvimento da metodologia de trabalho. Pensou-se em uma metodologia em que os estudantes fossem protagonistas e que pudesse ser trabalhada de forma mais individualizada, pois no semestre de desenvolvimento deste trabalho a turma da disciplina Educação Inclusiva para a Diversidade contava com estudantes dos cursos de Licenciatura em Física, de Licenciatura em Educação Física e Medicina Veterinária, uma vez que esta é uma disciplina eletiva para os dois últimos. Como era uma turma heterogênea de cursos, pensou-se que a melhor metodologia para apresentar a Resolução nº 12 de janeiro de 2015 seria um júri simulado. Neste os estudantes poderiam trabalhar de forma individualizada, porém em grupos. O material orientador para a elaboração do júri simulado foi o artigo de Oliveira e Lopes (2023).

Assim, elaborou-se um Plano de Aula visando, além da aplicação da temática, que este documento fosse entregue para a coordenação do curso a fim de provar a possibilidade e realizar a mudança necessária na ementa da disciplina.

Elaborou-se o seguinte Plano de Aula:

1. **Disciplina:** Educação Inclusiva para a Diversidade

2. **Curso:** Licenciatura em Física

3. **Carga Horária:** 2 horas/aula

4. **Tema da aula:** Debate sobre o uso de banheiro por pessoas transvestigêneres.

5. **Objetivo:** Debater a respeito da resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015.

6. **Justificativa:**

Embasando-se no texto da ementa da disciplina em questão, a mesma possui como objetivo promover uma reflexão histórica e sociopolítica do processo educativo sobre a educação contemporânea e aspectos relacionados ao papel docente. Portanto, trabalhar com as legislações que envolvam o uso do banheiro, vestiários e demais espaços segregados por gênero dentro do ambiente escolar, com o foco em pessoas não binárias, transexuais e travestis e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais faz-se importante para estudantes de um curso de formação docente, pois tem como objetivo acrescentar informações úteis ao cotidiano do/a futuro/a profissional da educação. Além disso, contribui para a discussão de outros temas transversais correlacionados ao tema e a disciplina, como: homofobia, violência de gênero, identidade de gênero, entre outros.

7. **Conhecimentos prévios necessários:**

Leitura Obrigatória pelas/es/os discentes da disciplina:

BRASIL. **Resolução nº 12, de janeiro de 2015**, do Conselho Nacional de Combate à discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCND/LGBT). 2015b.

CARVALHO, Guilherme Paiva; OLIVEIRA, Aryanne Sérgia Queiroz. Gênero, transexualidade e educação reconhecimento e dificuldades para emancipação. **Revista Educação e Emancipação**, [S. l.], v. 10, n. 4, p. p.58–75, 2018.

MESQUITA, Irlanda Brandão. O uso dos banheiros sociais pelos transgêneros, transexuais e travestis. **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**, 2018.

#### **8. Competências a serem adquiridas pelos estudantes:**

Ao final da aula espera-se que a/e/o estudante possa compreender sobre a importância da legislação trabalhada e conceitos sobre bem-estar e dignidade humana com relação ao ambiente escolar.

#### **9. Metodologia e recursos didáticos:**

Consiste na criação de um debate sobre o uso do banheiro da escola e uso de uniforme para um estudante transexual. A turma deverá ser dividida em dois grupos, sendo um deles favorável ao estudante em questão e outro não. O/E/A professor/e/a será uma espécie de juiz do caso e terá a função de mediar o debate e ajudar os estudantes a intercalar as falas e garantir a ordem durante a execução da atividade.

- Na aula que precede a atividade

- I. Entregar às/es/aos discentes os textos base para a leitura e preparação da atividade
- II. Informar às/es/aos alunas/es/os o funcionamento do júri simulado.

- No dia da atividade

As/Es/Os discentes deverão ser separados de forma aleatória em dois grupos, sendo um favorável e outro contrário ao direito básico garantido por lei do uso do banheiro. Lembrando que a Resolução em questão, nº 12/2015, não está aprovada, porém será utilizada como base para o debate uma vez que ela trata de sanar as situações apresentadas no debate.

Após a separação dos grupos cada estudante deve escolher um papel para desempenhar dentro do júri, de acordo com o que está descrito na contextualização da atividade a seguir.

“Imagine a seguinte situação: um estudante vindo de outra cidade é transferido para a sua escola (pois desta forma o “protagonista” da história é alguém ao qual ninguém naquele ambiente conhece), estudante este que é um homem trans que ainda não passou por uma cirurgia de redesignação sexual. A escola na qual estamos poderá ser imaginada como um local regular, contendo muitas salas para as turmas, professores suficientes para as disciplinas, refeitório, quadra, um pátio para recreação, salas separadas para diretoria e secretaria, internet nos computadores da escola, dois banheiros separados por sexo para os discentes. A escola está situada em área urbana de uma cidade que você pode considerar médio porte em número de habitantes, esta escola atende do ensino fundamental ao ensino médio. A escola faz distinção de uniformes para as/es/os estudantes com base no sexo designado no nascimento e não de acordo com a autoidentificação de gênero. A mesma, por sua vez, não sabe o que fazer com o estudante trans com relação ao banheiro, mas está exigindo o uso do uniforme destinado ao sexo feminino.”

Diante deste contexto os estudantes devem se imaginar como um destes possíveis papéis:

- estudante desta escola,
- mãe, pai ou responsável por estudante da escola,
- funcionário/a qualquer desta instituição ou até mesmo morador/a desta cidade.

O conflito ocorre devido ao questionamento: “Qual banheiro este estudante trans deve utilizar?”  
O desconforto quanto ao uso do uniforme já foi gerado.

Os grupos reunidos devem elaborar 3 perguntas ao outro grupo. Após, inicia-se o debate.

No primeiro momento cada grupo expõe um de seus argumentos e depois um membro do grupo contrário terá que contra argumentar.

Ex: O grupo A expõe um argumento e em seguida um membro do grupo B responde a esse argumento. Ao fim desse ciclo se repete o processo de forma inversa, o grupo B expõe um argumento e o grupo A se contrapõe até que se tenham terminado as alegações.

Cada grupo terá 1 minuto para expor a sua declaração e o grupo que irá responder terá até 2 minutos.

Após essa primeira rodada, cada grupo deverá fazer as perguntas, que foram previamente elaboradas no início da aula, ao grupo oposto, o grupo que responde tem 3 minutos para isso.

Ao final destas etapas o/e/a professor/e/a dará seu parecer a respeito do que foi discutido e deixará o espaço livre para que discentes falem a respeito do que se foi debatido sem estar preso ao lado do qual defendia.

#### **10. Avaliação:**

Será realizada uma auto avaliação a partir da participação das/des/dos discentes.

O Plano de Aula apresenta todos os passos e leituras necessárias para a/e/o docente. Segundo Ponte, Quaresma e Mata-Pereira (2015) uma boa aula depende de variados fatores: seus atores, docente e discentes. Os autores afirmam que o improviso pelo professor é decisivo, mas isso não diminui a importância de uma preparação adequada da aula.

A aula prosseguiu seguindo os passos do Plano de Aula e ao final seguiu-se para a pesquisa dos resultados da ação. Pediu-se às/es/aos discentes que realizassem uma autoavaliação e que respondessem a um questionário de opinião, ambos foram enviados via e-mail. O objetivo foi obter opiniões acerca da metodologia ativa utilizada para explanação da temática.

A natureza da pesquisa é qualitativa, pois o esperado eram respostas quanto à opinião sobre a ação. A pesquisa qualitativa, de acordo com Malhotra (2012), é uma metodologia de pesquisa baseada em pequenas amostras que proporciona percepções e

compreensão do contexto do problema, proporcionando melhor visão e compreensão do problema.

O tipo de pesquisa é classificado como um estudo de caso, por permitir um estudo amplo e detalhado da aplicação de uma metodologia para inserção de uma temática específica. Para Martins (2008), o estudo de caso é um estudo profundo de um determinado objeto, e possibilita aprofundar em uma realidade. Neste caso, para a coleta de dados utilizou-se a técnica de questionário de opinião.

O questionário foi composto de cinco perguntas, três discursivas e duas objetivas, e um espaço aberto a qualquer tipo de comentário sobre a aula aplicada. O material norteador deste questionário foi a dissertação de Guimarães (2017).

Perguntas que compõem o questionário:

1 - Qual sua opinião sobre a forma como o debate foi aplicado? Você acha que foi interessante ou confusa? Justifique

2 - Você prefere aulas relacionadas à temática abordada de forma não convencional (debate, júri simulado, estudo de caso, seminários) referentes ao cotidiano, ou de forma tradicional, com aulas expositivas? Justifique

3 - “A nossa aula falando sobre o uso de banheiros para pessoas transexuais” foi uma aplicação da Resolução nº 12, de janeiro de 2015, que diz que a pessoa transexual, travesti e todas as outras que não têm sua identidade de gênero reconhecida socialmente não podem ser proibidas de usar o banheiro de acordo com a sua identidade de gênero. Qual a importância de se falar, dentro da sala de aula, sobre esse assunto, tendo em vista a sua futura formação como professor?”

4 - Qual nota você atribui para o tema do debate abordado em sala? Onde 1 significa aulas com temática sem importância, e 5 significa aulas com temática muito importante

5 - Qual nota você atribui para a execução do debate abordado em sala? Onde 1 significa aula com execução ruim, e 5 significa aula com execução muito boa.

## **Resultados e Discussões**

### **Escolha da disciplina**

Após análises das disciplinas obrigatórias do núcleo de pedagogia do curso de Licenciatura em Física do IFMG campus Bambuí, observou-se que várias tinham

potencial de inserção do tema transversal gênero e sexualidade. Porém, é interessante ressaltar que nenhuma ementa trás as palavras gênero e sexualidade o que dificultou a justificativa da inserção. Desta maneira, visando maior aceitação por parte dos discentes dentre as disciplinas analisadas, observou-se que a disciplina intitulada “Educação Inclusiva para a Diversidade” permitia, devido à palavra Diversidade em seu nome, a inserção do tema. Outro fator que corroborou para a escolha desta disciplina foi o fato desta ser ministrada obrigatoriamente em outros cursos de licenciatura e ser optativa/eletiva para outros.

A ementa da disciplina, segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física do ano de 2021 (Projeto Pedagógico do Curso, 2021), é:

Introdução à Educação Inclusiva: conceitos e terminologias. Contribuições teóricas ao debate sobre as deficiências e diversidade: concepções histórica, psicológica, filosófica e sociológica. A autoestima da pessoa com deficiência. A política nacional, o cenário internacional, fundamentação legal e acordos internacionais da Educação Inclusiva. Fundamentos e recursos para a inclusão: da gestão escolar às adaptações curriculares. Educação para a diversidade. (Projeto Pedagógico do Curso, 2021, p. 70).

Como dito anteriormente, nota-se que apesar do nome Diversidade no título da disciplina, sua ementa não contempla as temáticas gênero e sexualidade, sendo necessário rever e reestruturar as ementas segundo a LDBEN que assegura essa inserção (Brasil, 1996), bem como a necessidade de ampliar os conceitos de inclusão para as populações LGBTTIAPN+, indígena, negra, mulher, sem-terra e não somente às Pessoas com Deficiência. Segundo Amiralian (2005) o processo de inclusão, seja no sentido escolar ou noutro qualquer, é um movimento que não se refere exclusivamente às pessoas com deficiência. É um movimento social amplo, de diferentes grupos que retomaram a luta por se sentirem prejudicados e excluídos dos benefícios da sociedade relacionados aos preceitos básicos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Do ponto de vista escolar, ele significa educação de qualidade para todos, embora tenha sido assumido na Declaração de Salamanca, em 1994, como um ideal a ser perseguido para com as pessoas com deficiência. A complexidade da diversidade é justamente pensar no tema de maneira ampla, para abranger todas/es/os, e ao mesmo tempo respeitar a particularidade de cada grupo minorizado.

Guimarães, *et al* (2023) realizaram uma pesquisa documental sobre a temática gênero e sexualidade nas ementas de cursos e disciplinas em dez projetos pedagógicos de cursos de formação docente para a educação básica em duas universidades públicas da

cidade de Manaus (AM). Os resultados apontaram uma presença ínfima do tema na concepção dos cursos e nas ementas das disciplinas; percebeu-se que a discussão gênero e sexualidade acontece em atividades pontuais, mas não transversalmente ao longo da graduação. Segundo os autores o trabalho contribuiu para a reflexão sobre a importância de uma formação inicial docente que debata gênero e sexualidade e indica a necessidade de uma formação voltada à desconstrução da cisheteronormatividade, como alternativa para superar o preconceito que interfere no saber-fazer na/da escola como espaço de/para o acolhimento, escuta atenta, inclusão e equidade, essenciais a uma educação humanizadora e emancipatória.

A ação realizada no presente artigo de trabalhar a temática gênero e sexualidade na disciplina “Educação Inclusiva para a Diversidade” foi uma experiência pontual porém, a proposição de inclusão da temática na ementa foi levada à coordenação do curso de Licenciatura em Física para mudança no novo PPC.

### **Aplicação do Plano de Aula: observações durante o debate**

Cumprido destacar que antes do início do júri simulado, foi explanado sobre o respeito e observado os aspectos éticos envolvidos na realização da metodologia. As/Es/Os estudantes estavam cientes que muitas falas não seriam verídicas, mas para a ação ocorrer deveria existir os dois pontos do uso do banheiro: favorável e desfavorável.

As/Es/Os discentes chegaram para a aula com os textos e a leitura previa realizada conforme pedido em aula anterior. A maioria alegou ter gostado dos textos e que desconheciam várias terminologias.

Após separação em dois grupos (um favorável e outro contrário) aleatórios sorteando-se pelo número da chamada, foi lembrado pelo docente que a Resolução em questão, nº 12/2015, não está aprovada, porém será utilizada como base para o debate uma vez que ela trata de sanar as situações apresentadas. As/Es/Os discentes questionaram os motivos pelos quais a Resolução foi arquivada e, brevemente, pontuaram a necessidade de votação da mesma.

Seguindo o Plano de Aula, explanou-se a contextualização sobre a escola e, em seguida, as/es/os estudantes escolheram um papel para desempenhar dentro do júri e diante a pergunta: “Qual banheiro este estudante trans deve utilizar?”, começaram a elaborar as perguntas para o grupo contrário diante dos possíveis papéis descritos no

Plano de Aula. Cabe salientar aqui que houve a necessidade de contextualizar sobre os membros que compõe um Júri e suas funções.

As/Es/Os discentes estavam inicialmente tímidos, mas logo começaram a conversar entre si, pois neste momento o diálogo era crucial para formulação das perguntas ao grupo contrário. Foi necessário mais tempo que o determinado no início da atividade.

Com o cenário montado, artistas e perguntas, pôde-se iniciar a ação.

O Júri Simulado foi dividido em alguns momentos, sendo eles: 1º Momento: Abertura do Júri; 2º Momento: Acusação e Defesa; 3º Momento: Finalização e Resultado. A abertura do Júri Simulado foi realizada pelo Juiz, iniciando a sessão do tribunal e após, dada a palavra para a oficial de justiça, foi feito o juramento das testemunhas.

Ao longo do debate observou-se que em alguns momentos as/es/os estudantes se dispersaram na dinâmica de interpretação sendo levantadas questões sobre influências positivas e negativas para os demais indivíduos pertencentes à escola fictícia tais como *bullying*, violências física e verbal, estrutura da escola, intervenções com os responsáveis pelos estudantes, pobreza menstrual, bem-estar e qualidade para todas/es/os. Mas como era um espaço de diálogo e confrontamentos, considerou-se tais momentos proveitosos, pela boa participação e esforço de se imaginar no lugar de outra pessoa em situação vulnerável. Dentre os presentes na ação, apenas um indivíduo não leu ou respondeu alguma pergunta sendo respeitado.

Por várias vezes o autor aplicador da metodologia necessitou interferir para controle do tempo, pois os debates estavam seguindo de forma produtiva e longa. Inclusive, foi possível notar períodos em que as/es/os estudantes foram críticos e se engajaram com o problema proposto como se ele fosse verídico.

Destaca-se a utilização do texto base da legislação como argumento para defender direitos de pessoas transvestigêneres e o uso do uniforme de acordo com a auto identificação de gênero.

Ao fim do Júri Simulado, durante a etapa de livre argumentação, onde defenderiam o ponto de vista que quisessem, não houve a participação verbal de todos, mas os presentes estavam concentrados nas discussões abordadas até este momento.

Ao final da aula, a turma chegou a um consenso de que a temática de uso do banheiro por pessoas transvestigêneres, bem como os conceitos de gênero e sexualidade, assim como os estudos de outras terminologias que são utilizadas nestas questões e outros

tópicos sobre os cuidados de grupos minoritários no ambiente escolar é fundamental para a formação profissional, pois pode prepará-las/es/os para situações reais.

A forma de júri simulado também foi elogiada pelas/es/os discentes que se sentiram protagonistas da ação, alegando que aprenderam muito mais com esse tipo de metodologia ativa do que se fossem apenas leituras das leis.

Oliveira e Lopes (2023) aplicaram um júri simulado no Curso de Bacharelado em Matemática da Universidade Estadual de Montes Claros, compreendendo os reflexos da metodologia ativa para o percurso formativo de dois estudantes. Utilizaram a disciplina História do Cálculo: Origens e Desenvolvimento, para propor que os acadêmicos realizassem uma Jurisprudência Simulada para discutir a autoria do Cálculo. Os autores concluíram que é uma forma de metodologia ativa, que envolve os estudantes de maneira dinâmica na aplicação prática do conhecimento, pois visa criar situações de aprendizagem que tenham significado para os alunos, conectando teoria e prática de forma mais efetiva.

De acordo com Anastasiou e Alves (2012), infere-se que o Júri Simulado possibilita o desenvolvimento de defesa de ideias, argumentação, julgamento, tomada de decisão e assim por diante.

### **Auto avaliação**

Cumprir destacar que o estudo foi realizado respeitando e observando os aspectos éticos envolvidos na realização de uma pesquisa com questionário de opinião, sendo o docente da disciplina a única pessoa a receber a auto avaliação dos envolvidos.

A auto avaliação foi entregue por e-mail, sendo respondida por todas/es/os.

Em resumo, os principais pontos das respostas foram: a imersão nos personagens, a qualidade dos questionamentos e principalmente que deveria haver mais práticas como a abordada, nas disciplinas, tanto para o enriquecimento do tema de diversidade e sexualidade, quanto forma de melhor preparo para atividades semelhantes a esta ou para o enfrentamento de situações reais em sala.

Alguns discentes pediram mais aulas com a temática gênero e sexualidade. Argumentaram que o tema ainda é visto como um tabu pela sociedade e alguns termos e significados geram desentendimento entre as pessoas. Assim, assuntos introdutórios abalariam o estigma da temática e colaborariam positivamente nas formações docentes.

## Questionário

O questionário foi composto de cinco perguntas, três qualitativas e duas quantitativas, e um espaço aberto a qualquer tipo de comentário sobre a aula aplicada. A análise dos dados ocorreu sobre o critério de análise de conteúdo, consistente na utilização de técnicas de análise das comunicações para obtenção de indicadores que permitam fazer inferências. O objetivo é entender a perspectiva das pessoas e suas experiências. Para isso as respostas foram lidas diversas vezes e as que se destacaram de acordo com o objetivo do trabalho foram transcritas.

A primeira pergunta foi “Qual sua opinião sobre a forma como o debate foi aplicado? Você acha que foi interessante ou confusa? Justifique:”

Nesta pergunta, destacam-se os comentários sobre a importância do tema para as/es/os discentes. Ressalta-se a seguinte resposta transcrita conforme resposta no questionário:

*“Interessante, pois algumas pessoas q tinham opiniões já formadas, foram "obrigadas" a enxergar o outro lado e ter outro posicionamento.”*

Este comentário mostra a importância da divisão aleatória das/es/os estudantes que tiveram que estudar uma postura contrária ao seu entendimento. Nenhum/e/a estudante discordou da forma de separação dos grupos, muito menos da atividade em si.

A segunda questão avaliou a maneira não convencional de ministrar a aula. Por vezes, as/es/os estudantes adaptam-se ao sistema bancário de ensino e, diante do Ensino Libertador ou Problematizador, eles não se interessam e não o aprovam (Freire, 1987). A pergunta foi “Você prefere aulas relacionadas a temática abordada de forma não convencional (debate, júri simulado, estudo de caso, seminários) relacionados ao cotidiano ou de forma tradicional com aulas expositivas? Justifique:”

Todas as respostas apontaram para dinâmicas que fogem da aula tradicional para temas não tradicionais, pois favorecem a participação e o empenho dos participantes. Muitos relataram que de alguma forma, a abordagem do tema do uso do banheiro por pessoas transvestigêneres contribui para o preparo de uma futura situação semelhante na vida real, no exercício da profissão e o reconhecimento das identidades de gênero.

Uma resposta chamou a atenção e está transcrita conforme o questionário:

*“acho que esse tipo de aula tem que ser ministrada seguindo o que está estabelecido a respeito por lei a respeito do tema uma vez que precisamos nos fundamentar em leis e normas para agirmos diante das situações dentro de uma escola e não seguindo a nossa ideologia.”*

Observa-se por este comentário a importância de documentos legais e diretrizes educacionais que respaldem a/o docente a trabalhar temáticas tão necessárias. Além disso, vê-se o incômodo que tais assuntos geram em pessoas com algum tipo de preconceito ou falta de conhecimento pelo assunto.

A terceira questão foi “A nossa aula falando sobre o uso de banheiros para pessoas transvestigêneres, foi uma aplicação da Resolução nº 12, de janeiro de 2015. Essa resolução diz que a pessoa transexual, travesti e todas as outras que não tem sua identidade de gênero reconhecida socialmente não podem ser proibidas de usar o banheiro de acordo com a sua identidade de gênero. Qual a importância de se falar dentro da sala de aula sobre esse assunto tendo em vista a sua futura formação como professor?”

As respostas, quase em sua totalidade, foram positivas e alegaram a necessidade do debate. Mas uma resposta destoou e está transcrita conforme o questionário:

*“É importante falar sobre os diversos casos que podemos encontrar em uma escola, principalmente dentro de uma sala de aula, contudo deve ser bem planejado esse diálogo principalmente se tratando de temas controversos como esse, podemos pegar com exemplo o caso do Briggite Lucia, que dizia ser homem homossexual, depois começou a dizer-se trans mesmo sem nenhum traço feminino e ameaçou bater em uma mulher que pediu pro mesmo se retirar do banheiro por se sentir incomodada em usar um banheiro junto com um homem barbado vestido com roupa feminina, então acho que esse debate deveria ser melhor preparado e deveria ter sido passado conteúdos a respeito do tema antes do debate.”*

Conforme descrito no Plano de Aula, foi pedida a leitura de três referenciais e houve todo um contexto sobre a aula como júri simulado. Observou-se neste comentário que, como no cotidiano, casos isolados se padronizam. Isto mostra a necessidade de mais debates referentes às temáticas.

A quarta pergunta foi “Qual a nota você atribui para o tema do debate abordado em sala? Onde 1 significa aulas com temática sem importância e 5 significa aulas com temática muito importante.” Os resultados obtidos foram 40% das/es/os estudantes marcaram 5, 30% marcaram 4, 10% marcaram 3, 20% marcaram 2 e não houve marcação em 1. Nota-se que a maioria atribuiu notas satisfatórias para a temática.

A quinta pergunta foi “Qual a nota você atribui para a execução do debate abordado em sala? Onde 1 significa aula com execução ruim e 5 significa aula com execução muito boa.” As respostas obtidas também apresentaram-se positivas, sendo 20%

das/es/os estudantes escolheram a nota 5, 40% escolheram a nota 4, 20% a nota 3, 20% a nota 2, e não houve escolha da nota 1. Observa-se que a maioria das respostas considera boa a execução do júri simulado. Conforme apontado por Ponte, Quaresma e Mata-Pereira (2015) a aplicação de um Plano de Aula é necessária e não significa que é imutável. Os ajustes se realizarão em acordo com as necessidades ditadas pelos acontecimentos.

### **Considerações Finais**

Neste trabalho fica evidente a importância de se inserir efetivamente a temática transversal de gênero e sexualidade nas disciplinas pedagógicas, filosóficas e didáticas do curso de Licenciatura em Física do IFMG *campus* Bambuí, uma vez que existem legislações que se devem estudar em um curso de formação de educadores. Tais estudos prepararam as/es/os discentes a assuntos que muitas vezes não teriam oportunidades de ouvir e permitem aprender de maneira interativa e por relatos das/es/os colegas.

A inclusão é importante para se estudar e abordar em sala e estimular a busca por mais conhecimentos sobre o assunto, como ferramenta fundamental para minimizar o preconceito. O desconhecido gera medo e exclusão do que julga-se fora dos padrões.

A reestruturação de ementas em disciplinas já existentes faz-se essencial para o estudo de gênero e sexualidade, pois proporcionam uma estrutura sólida para o desenvolvimento de conteúdos, discussões e práticas pedagógicas relacionadas a esses temas e contribuem para uma formação discente abrangente e inclusiva.

Conclui-se que a construção deste trabalho foi fundamental, pois se trata de um assunto atual e necessário, uma questão de direitos, permanência, bem-estar e qualidade de vida para todo o ecossistema institucional de ensino.

### **Referências**

ABGLT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2023.

AGÊNCIA BRASIL. Escolas são importantes no combate à LGBTfobia, defendem especialistas. **Direitos Humanos**, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/escolas-sao-importantes-no-combate-lgbtfobia-defendem-especialistas> Acesso em 23 jul. 2024.

AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. Desmistificando a Inclusão. **Rev. Psicopedagogia**, v. 22, n. 67, p. 59-66, 2005. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/revistapsicopedagogia.com.br/pdf/v22n67a07.pdf> Acesso em 24 jul. 2024.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. **Desafios da docência universitária em relação às bases teórico-metodológicas do ensino de graduação**. In: CUNHA, Maria Isabel; SOARES, Sandra Regina; RIBEIRO, Marinalva Lopes. (Org.). *Docência universitária: profissionalização e práticas educativas*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2009, p. 151-168.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Nota da ANTRA sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans**. 2020. Disponível em <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/> . Acesso em: 15 fev. 2024.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf> Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf) . Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> . Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Orientação Sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-6-temas-transversais-orientacao-sexual.pdf> . Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2015a.

BRASIL. **Resolução nº 12, de janeiro de 2015**, do Conselho Nacional de Combate à discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), 2015b. DOU de 12/03/2015 (nº 48, Seção 1, pág. 3).

Disponível em <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012> Acesso em 13 dez. 2023.

BRASIL. MDHC. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Nota sobre resoluções do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/nota-2013-mentiras-sobre-resolucoes-do-conselho-nacional-dos-direitos-das-pessoas-lgbtqia> . Acesso em: 13 jan. 2024.

BRASIL. **Resolução CNLGBTQIA+ nº 2, de 19 de setembro de 2023b**. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis, mulheres e homens transexuais, e pessoas transmasculinas e não binárias - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2023/09/27/dou-resolucoes-cnlgbtqia-n-1-e-2-de-19-de-setembro-de-2023-final.pdf> Acesso em: 13 jan. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

FERRARI, Anderson; BEZERRA, Carolina dos Santos; DE CASTRO, Roney Polato. Tensões e enfrentamentos na campanha ‘libera meu xixi’ e a presença de pessoas trans na universidade. **Diversidade E Educação**, v. 8, n. 2, p. 21–45, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12049>. Acesso em: 11 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. (o mundo, hoje, vol. 21).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

GUIMARÃES, Camila de Carvalho Ouro. **Inclusão e integração social da criança e do adolescente transgênero no ambiente escolar: um exercício de direito, saúde pública e cidadania**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, p. 137. 2017.

GUIMARÃES, Eduardo Barbosa de Menezes, *et al.*. Projetos pedagógicos de curso em análise: gênero e sexualidade na formação docente. **Educação em Revista**, v. 39, p. e41675, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/4MSKk9KvhFjccY4XxDPw6bK/#> Acesso em: 23 jul. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Título: Cidades: Bambuí. Local de publicação: gov.br, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bambui/pesquisa/31/29644> . Acesso em 23 jul. 2024.

KAMEL, Luciana; PIMENTA, Cristina. **Diversidade sexual nas escolas: o que os profissionais de educação precisam saber**. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós estruturalista - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.

MALHOTRA, Naresch K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEYER, Ilan H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. **Psychological bulletin**, v. 129, n 5, p. 674, 2003.

NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfin; ARAÚJO, Tathiane Aquino. **Registro Nacional de Assassinatos e Violações de Direitos Humanos das Pessoas Trans no Brasil em 2024**. Série Publicações Rede Trans Brasil, 8a. ed. Uberlândia: Rede Trans Brasil, 2024. Disponível em <https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/2cdd8f253f554d9487871cd678a3ed51/Dossi%C3%AA%202024.pdf> Acesso em: 13 fev. 2024.

OLIVEIRA, Saulo Macedo de; LOPES, Rieuse. O Júri Simulado como metodologia ativa no curso de Bacharelado em Matemática. **Educação Matemática Debate**, v. 7, n. 13, 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9174406> Acesso em: 13 jul. 2024.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO. **PPC de Licenciatura em Física**. 2021. Disponível em: [https://www.bambui.ifmg.edu.br/portal/images/PDF/2020/PPC\\_2020/PPC\\_LIC\\_F%C3%8DSICA\\_2020\\_Aprovado\\_NDE\\_Colegiado\\_Maio\\_2021.pdf](https://www.bambui.ifmg.edu.br/portal/images/PDF/2020/PPC_2020/PPC_LIC_F%C3%8DSICA_2020_Aprovado_NDE_Colegiado_Maio_2021.pdf) Acesso em 12 dez. 2023.

PONTE, João Pedro; QUARESMA, Marisa; MATA-PEREIRA, Joana. É mesmo necessário fazer planos de aula?. **Educação e Matemática**, v. 133, p. 26-35, maio/jun. 2015. Disponível em: <https://em.apm.pt/index.php/em/article/view/2292> . Acesso em 12 fev. 2024.

RIVERS, Ian. Homophobic bullying: Research and theoretical perspectives. **Oxford Review of Education**, v. 37, n. 5, p. 546-561, 2011. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/10414> Acesso em 05 jan. 2024.

SANTOS, Linda Brasil Azevedo. **Gênero e sexualidade em educação: um mapeamento das teses e dissertações do norte e nordeste brasileiro**. Dissertação (mestrado em educação) - Universidade Federal de Sergipe, p. 213. 2020.

SANTOS, Maria de Carmo Gonçalves. Didática, gênero, sexualidade: contribuições à formação docente. **Revista Tópicos Educacionais**, v. 28, n. 2, p. 20-44, 2022. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/6727/672774364002/672774364002.pdf> . Acesso em: 05 jan. 2024.

SILVA, Gabriella Gonçalves Mendes da; MARANI, Vitor Hugo. Gênero, sexualidade e educação física: reflexões acerca do currículo em universidades federais brasileiras.

**Revista Espaço do Currículo**, v. 15, n. 3, p1, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/62174> . Acesso em: 04 jan. 2024.

SILVA, Adan Renê Pereira da; NEVES, André Luiz Machado das; MASCARENHAS, Suely Aparecida do Nascimento. Relações de gênero e diversidade sexual na escola: a docência na minimização de preconceitos em tempos de “ideologia de gênero”. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 24, n. 3, 2019. Disponível em:

<https://core.ac.uk/download/pdf/268088234.pdf> . Acesso em: 12 jan. 2024.

SOUSA, Bruno Piancó. **Pessoas trans e travestis na escola: problemáticas diante dos impactos psicossociais no espaço educacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Juazeiro do Norte – CE, 2022. Disponível em:

<https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/PSICOLOGIA/P1555.pdf> . Acesso em: 17 dez. 2023.

Recebido em março de 2024.

Aprovado em julho de 2024.